

Carta Aberta dos Servidores da CGU

Senhor Ministro Wagner de Campos Rosário, Senhor Secretário-Executivo José Marcelo Castro de Carvalho, Senhor Secretário Federal de Controle Interno Antônio Carlos Bezerra Leonel, Senhor Secretário de Transparência e Prevenção da Corrupção Roberto César de Oliveira Viégas, Senhor Corregedor-Geral da União Gilberto Waller Júnior, Senhor Ouvidor-Geral da União Valmir Gomes Dias, Senhor Secretário de Combate à Corrupção João Carlos Figueiredo Cardoso, Senhores e Senhoras Superintendentes das Controladorias Regionais

Nós, Técnicos e Auditores Federais de Finanças e Controle (TFFC e AFFC), nos identificamos com a missão deste órgão de *“realizar atividades relacionadas à defesa do patrimônio público e ao incremento da transparência da gestão, por meio de ações de auditoria pública, correição, prevenção e combate à corrupção e ouvidoria”* e com todos os seus valores: transparência, ética, imparcialidade, excelência, foco no cidadão e idoneidade e orgulho de ser da Controladoria-Geral da União.

Assim, conseguimos enfrentar importantes adversidades nos últimos anos, que foram notadamente desafiadores em decorrência da crise sanitária causada pelo COVID-19, e desenvolver as atividades inerentes ao Órgão, trazendo resultados relevantes para a sociedade brasileira, inclusive com retorno financeiro e economia aos cofres públicos. Em 2021, por exemplo, foram mais de R\$ 31 bilhões em benefícios financeiros para a sociedade, somente com ações de auditoria que melhoram a gestão dos serviços públicos, sem contar as multas aplicadas e acordos de leniência para compensar prejuízos causados por empresas envolvidas em práticas ilícitas.

A superação dos desafios e os resultados alcançados são frutos não apenas das orientações e decisões da cúpula dirigente do órgão, mas, fundamentalmente, da capacidade institucional existente e dos esforços empreendidos pelo corpo funcional.

Como se sabe, em todo esse período desafiador não houve recomposição do poder de compra do subsídio dos servidores, a despeito da inflação acumulada desde o último reajuste salarial em 2019 ter chegado a 20%. E o preocupante cenário remuneratório se agravou nas últimas semanas, quando foram reveladas tratativas de reajuste salarial seletivo envolvendo carreiras específicas do Poder Executivo, dentre as quais não está incluída a carreira de Finanças e Controle.

Atualmente, a correlação da remuneração dos servidores da CGU, dependendo do nível de progressão na carreira, se encontra entre 82% e 90% das carreiras de referência no Executivo Federal, já estando defasada. Para agravar a situação, com o reajuste que vem sendo discutido

para algumas carreiras específicas, o subsídio na CGU poderá representar menos de 65% da remuneração de carreiras com responsabilidades e qualificação equivalentes.

Ressalte-se que os trabalhos da CGU nas negociações para celebração de acordos de leniência, em conjunto com servidores da Advocacia-Geral da União, seguem produzindo resultados altamente positivos e relevantes. Até 2020, foram pactuados pagamentos de valores de multa e ressarcimento de R\$ 13,6 bilhões, dos quais R\$ 3,8 bilhões já retornaram aos cofres públicos.

Por seu turno, as ações da CGU na prevenção e combate à corrupção, como no caso das operações especiais, são realizadas em parceria com servidores da Polícia Federal, Ministérios Públicos Federal e Estaduais, Receita Federal do Brasil, Polícia Rodoviária Federal, Grupos de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado nos Estados e Polícias Cíveis nos Estados.

Portanto, o achatamento real do subsídio da carreira de Finanças e Controle e o desalinhamento salarial em curso configura grave desserviço à boa gestão dos recursos humanos no serviço público, e desserviço à auditoria governamental, ouvidoria, transparência, correição e prevenção à corrupção. E é nossa responsabilidade relatar a insatisfação dos servidores deste órgão com a iminência de consolidação de uma política remuneratória destituída de qualquer razoabilidade administrativa e econômica.

O atual clima de frustração tem potencial, aliás, para desencadear entrega generalizada de cargos de confiança, com implicações imediatas à capacidade institucional do órgão. Além disso, impacta negativamente o clima organizacional, com reflexos negativos sobre a produtividade da Instituição. Esse cenário de potencial esvaziamento de quadros da Controladoria-Geral da União conduz à degradação de um dos centros de excelência do setor público, além de prejuízos à condução da política de defesa do patrimônio público e ao incremento da transparência.

Nesse sentido, pelo compromisso que mantemos com nossas atribuições e com a missão da CGU, solicitamos a adoção de medidas urgentes – tendo em vista o encurtamento do calendário para recomposição em ano eleitoral – que evitem a manutenção e o possível aumento do desalinhamento e da assimetria remuneratória com outras carreiras de Estado por meio do encaminhamento de uma Medida Provisória ao Congresso Nacional que estabeleça a remuneração desta carreira equiparada à tabela proposta a outras carreiras de Estado, uma vez que o nível de qualificação e responsabilidade dos servidores deste órgão não se encontra aquém do daquelas.

Assinam esta Carta: